



IVª Conferencia Social do Mercosul

UGT participou ativamente da Conferencia Social do Mercosul que encerrou-se no ultimo dia 29 de junho em Tucuman, Argentina

A reunião, realizada em Buenos Aires no dia 27 de junho, e que teve o tema “**Que Mercosul queremos? As propostas da sociedade civil**”, reuniu representantes da sociedade civil do Mercosul e dos governos dos países da região para discutir propostas a serem entregues aos presidentes do bloco.

A **União Geral dos Trabalhadores (UGT)** esteve amplamente representada na reunião. Participaram os companheiros Valdir Vicente de Barros, Secretário de Políticas Sociais da **UGT**, a companheira Eleuza de Cássia Bufelli Macari, que é Secretária Adjunta de Relações Internacionais da **UGT** e Coordenadora da Comissão das Mulheres da Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS) e Mônica da Costa Mata Roma e Cícero Pereira da Silva da Secretaria Internacional de Integração para as Américas.

A sessão final que aprovou o documento a ser entregue aos foi presidida por uma mesa composta pelos nossos companheiros Valdir Vicente Barros, representando o Fórum Consultivo Econômico e Social do Mercosul, Eleusa de Cássia, representando as mulheres do Mercosul e também pelo coordenador do Conselho Consultivo da Sociedade Civil, Oscar Laborde; do subsecretário de Integración Económica Latinoamericana y del Mercosur, Eduardo Sigal; da secretária

da Confederação de Profissionais da América Latina, Miryam Sorbán.

O documento final foi preparado a partir de discussões realizadas nas diversas comissões de trabalho formadas para discutir os temas. Os companheiros Valdir Vicente e Mônica Mata Roma participaram da comissão Produção e Trabalho – Migração Laboral e a companheira Eleuza de Cássia Bufelli participou da Comissão de Equidade e Gênero.

O documento final destacou as questões da soberania alimentar e das migrações de trabalhadores na região.

Foram feitas também propostas para outras importantes questões, como tráfico de mulheres e crianças e a questão dos povos indígenas.

Uma importante contribuição para a discussão veio da reunião do Fórum Consultivo Econômico e Social do Mercosul que se reuniu na sede da UOCRA, o sindicato dos trabalhadores argentinos da construção civil. A UOCRA é presidida pelo companheiro Gerardo Martinez, que é também o secretário geral da CCSCS.

O Fórum, que é um órgão importante na estrutura do Mercosul, escolheu o nosso companheiro Valdir Vicente da **UGT** como seu representante na Conferencia Social do Mercosul.



Mercosul repudia novas regras imigratórias da União Européia

Os presidentes dos países do Mercosul aprovaram uma declaração de repúdio à Diretiva de Retorno, lei que estabelece regras duras para o tratamento dado aos imigrantes .

A declaração afirma que os países europeus adotam políticas que provocam as migrações. Em discurso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva classificou a diretiva como "uma odiosa perseguição aos latino-americanos".

O documento foi aprovado pelos presidentes de Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Venezuela, Chile e Bolívia ao fim da 35ª Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul, em Tucumán, norte da Argentina.

O texto aponta as políticas dos países desenvolvidos como causadoras do processo de emigração Sul-Norte. E pede que os países europeus adotem políticas para "evitar que os multimilionários subsídios que distorcem a competitividade e a falta de abertura de seus mercados aos produtos dos países emergentes e em desenvolvimento aprofundem as causas das migrações".

A Diretiva de Retorno determina que imigrantes ilegais poderão ser detidos por até 18 meses, sem necessidade de ordem judicial, antes de serem deportados da Europa. Também prevê a deportação de menores.



A diretiva visa unificar as leis nacionais européias até 2010 e gerou rejeição generalizada dos países latino-americanos.

Na declaração, os presidentes do Mercosul afirmam a necessidade de "lutar contra qualquer forma de racismo, discriminação, xenofobia e outras formas de intolerância". O texto também pede que seja reconhecido o princípio de "reciprocidade histórica", já que, em outros séculos, as nações que hoje rejeitam os imigrantes foram "tradicionalmente geradoras de correntes migratórias".

A Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul também aprovou, com a participação e o apoio da **União Geral dos Trabalhadores (UGT)**, uma declaração repudiando a diretiva européia, chamada de Diretiva da Vergonha. A CCSCS quer mais que uma declaração do Mercosul: "Exigimos aos governos do Mercosul que suspendam as negociações do Acordo de Associação entre a União Européia e nosso bloco regional até que a Diretiva de Retorno seja revista". *(Com informações do Correio Sindical Latinoamericano e da Folha Online)*

Diretiva de retorno é criticada pela UGT

A UGT foi criada declarando a sua solidariedade militante com as lutas de todos os povos, orientadas à construção de um mundo democrático, justo socialmente, pacífico, fraterno, solidário, integrado, multilateralista, desenvolvido e ambientalmente sustentável.

Além do mais, consta dos princípios da UGT a luta para que todas as barreiras para a mobilidade de trabalhadoras e trabalhadores sejam eliminadas. A UGT reconhece a mobilidade (ir e vir) como um direito universal de todo cidadão do mundo.

E é justamente por lutar por um mundo cada vez mais íntegro, marcado pela relação harmoniosa entre as nações e pelo livre fluxo de homens e idéias, que a UGT critica as novas regras imigratórias adotadas pela União Européia. Veja a seguir a nota de repúdio à diretiva de retorno que foi publicada pela UGT:

"A aprovação, pelo parlamento europeu, de medidas restritivas em toda a Europa contra os imigrantes indocumentados, a chamada "Diretiva de Retorno", recebeu duras críticas do presidente da UGT (União Geral dos Trabalhadores), Ricardo Patah. Alegando que tais iniciativas atentam contra os direitos humanos, já que torna criminoso o imigrante sem documento, Patah assegurou que a ameaça do migrante ser condenado a prisão que varia de 6 a 18 meses é um grande risco para a harmonia entre os povos porque o migrante que vai em busca de emprego, não pode ser tratado como se fosse delinqüente, mas com respeito.

Ricardo Patah lembra que a UGT é uma central sindical que tem na defesa dos direitos dos excluídos uma de suas principais bandeiras, portanto não poderia permanecer calada diante de tamanha retrocesso, principalmente porque as migrações são inerentes a todos os seres vivos e o homem, o mais evoluído desses seres, não é diferente. "Não entendemos como a Europa, o continente que mais migrou, especialmente durante as grandes guerras mundiais, adote práticas como essa", diz Ricardo Patah, repudiando veementemente a "Diretiva de Retorno". O presidente da UGT diz que a entidade está encaminhando seu protesto às autoridades européias, com o pedido de que revejam a atitude tomada, levando em consideração seus antecedentes".

A UGT quer Jogo Limpo nas Olimpíadas de Pequim

A Campanha Fair Play 2008 quer garantir condições decentes de trabalho na indústria de confecção de artigos esportivos e de artigos com o símbolo olímpico. A UGT apoia plenamente essa campanha que quer acabar com o trabalho infantil, os baixos salários e a falta de liberdade sindical na indústria esportiva.

Agora que se aproxima o início dos Jogos Olímpicos de Pequim, o movimento sindical internacional está alerta para as condições de trabalho na indústria de artigos esportivos e de artigos com o símbolo olímpico.

É a campanha Play Fair 2008 – Jogo Limpo 2008. A campanha tem todo o apoio da **União Geral dos Trabalhadores (UGT)** que luta por condições de trabalho decentes nas indústrias e nos serviços.

Os jogos ainda não se iniciaram, mas a Campanha já está rendendo seus frutos. Por proposta das indústrias de artigos esportivos foi formado um grupo de trabalho entre as empresas e os sindicatos e organizações não governamentais (Ongs) para estudar formas de promover melhores condições de trabalho na indústria. Grandes marcas produtoras desses artigos participam: a Adidas, New Balance, Umbro, Speedo e, é claro, a Nike.

A estruturação da Nike é emblemática da situação da indústria de artigos esportivos: a empresa não tem nenhuma fábrica, cuidando apenas de sua marca e subcontratando à confecção de seus produtos. Todas as grandes marcas são mais ou menos desse modo, e isso dificulta a implantação de condições decentes de trabalho, pois as empresas subcontratadas estão espalhadas pelo mundo e localizadas em países, como a China, onde os direitos dos trabalhadores não são completamente respeitados.

O grupo de trabalho empresas – sindicatos vai contribuir para que os dois lados se conheçam melhor: eles vão discutir como dar prioridade e incentivar a organização sindical, a negociação coletiva e o diálogo social. Ele busca o entendimento de como os negócios funcionam, incluindo os sistemas de confecção, custos, produtividade etc. E do ponto de vista sindical.



Esse belo exemplo de diálogo social não surgiu do nada: as empresas estão sendo pressionadas por sindicatos e Ongs no que mais preservam, suas marcas, para que acompanhem as condições de trabalho de seus subcontratados, as “maquilas”.

A Campanha Play Fair 2008 foi organizada pela CSI (Confederação Sindical Internacional), pela FITTVC (Federação Internacional dos Trabalhadores da Tecelagem, Confecção e Couro) e pela CCC (Clean Clothes Campaign – Campanha pela Roupas Limpas). A **UGT**, que é filiada à CSI, participa ativamente dessa luta.

Você pode contribuir com a Campanha – Envie uma mensagem ao presidente do Comitê Olímpico Internacional pedindo Jogo Limpo nas Olimpíadas de Pequim

Clique aqui e preencha um formulário na página da Red de Solidaridad de la Maquila, e envie uma mensagem a **Jacques Rogge**, presidente do COI, exigindo que haja 'jogo limpo' nas empresas de artigos esportivos e brindes.

Justiça Social para uma Globalização Equitativa

A Conferencia Internacional do Trabalho da OIT adotou em sua sessão de encerramento uma importante declaração sobre “Justiça Social para uma Globalização Equitativa”.



A Declaração prevê o exame das políticas econômicas, comerciais e dos mercados financeiros do ponto de vista de seu impacto no mercado e nas condições de trabalho. Ela designa a OIT como a responsável pela avaliação desses impactos. A Declaração quer que a busca pelo trabalho decente seja o centro de todas as políticas econômicas. A Declaração estipula uma revisão regular pela OIT dos componentes do trabalho decente, atualmente codificados como inseparáveis e interrelacionados.

Para Arnaldo Benedetti, que é o secretário de Relações Internacionais da UGT e foi eleito um dos representantes dos trabalhadores no Conselho de Administração da OIT, a declaração “faz possível sonhar com um mundo em que o trabalho decente seja privilégio de todos, um mundo onde impere a justiça social”.

UGT adota firme posição pela livre circulação dos trabalhadores no Mercosul

Entre as atividades que antecederam a Conferencia Social do Mercosul, realizou-se em Buenos Aires um Seminário sobre livre circulação de trabalhadores e a integração fronteiriça no Mercosul.

Participaram da reunião as centrais sindicais da região, representantes de governos e também da Organização Internacional do Trabalho (OIT) da Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai e Venezuela. Os trabalhadores brasileiros foram representados pela **União Geral dos Trabalhadores (UGT)** e pela Força Sindical. Foram dois dias de exposições e debates sobre a questão com especialistas no tema.

Em seu pronunciamento no encerramento da Conferencia Social, o companheiro Valdir Vicente destacou ser imprescindível que os países membros do bloco eliminem os protocolos de residência para permitir a livre circulação dos trabalhadores e trabalhadoras nas fronteiras. “Não teria que haver alfândegas nem passaportes. Deve-se eliminar as limitações para ir de um país a outro. Sem isso não há verdadeira integração”, afirmou.

O companheiro Valdir sustentou que a abertura das fronteiras permitirá que os trabalhadores e trabalhadoras possam ser contratados nos diferentes países e que possam trabalhar onde existam melhores ofertas.

A nossa companheira Eleuza de Cássia Bufelli Macari, coordenadora da Comissão de Mulheres da CCSCS, lembrou destacou outro problema das relações fronteiriças: o tráfico de pessoas.

Em sua intervenção, a companheira Cássia assegurou que o tráfico de mulheres e crianças ocorre em todas as regiões da América do Sul. “É um resultado dos processos neoliberais que se implementarão no continente durante a década de 90. Se anularam as possibilidades de progresso por meio do trabalho. É um tema fundamental que ataca diretamente os direitos humanos e que se combate com diálogo e compromissos da sociedade e do Estado”, afirmou a companheira Cássia.



O **UGT Global** é o Boletim de Informação Internacional da União Geral dos Trabalhadores.

A UGT é uma organização sindical constituída para defender os trabalhadores brasileiros através de um movimento sindical amplo, cidadão, ético, solidário, independente, democrático e inovador.

Rua Formosa, 367 - 24º andar Centro CEP 01049-000 -
Fone: 55 (11) 2111-7300 Fax: 55 (11) 2111-7301

São Paulo - SP
e-mail: ugt@ugt.org.br